

## Exposição homenageia os 400 anos de São Luís



O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), Antonio Guerreiro Júnior abriu, no Fórum Desembargador Sarney Costa, no Calhau, a exposição fotográfica "A Justiça e a Cidade", uma homenagem do Judiciário aos 400 anos de São Luís.

Idealizador do evento cultural, o desembargador Guerreiro Júnior foi generoso nos adjetivos com que descreveu a cidade e seus encantos. "Este resgate histórico deixa a nossa capital ainda mais importante no cenário nacional", enfatizou.

A mostra, realizada de 20 a 24 de agosto, evidenciou fatos e fotos da capital maranhense dos séculos XVII ao XX - desde a

rica arquitetura com nítida influência europeia a simples detalhes do cotidiano. Vinte ilustrações reproduzidas de acervos de litografias e cartões postais de colecionadores mostraram cenas até agora pouco conhecidas, a exemplo de um dirigível norte-americano sobrevoando o centro histórico durante a II Guerra Mundial (1939-1945).

O historiador e desembargador aposentado, Milson Coutinho, e o professor-doutor em Direito do Estado, José Cláudio Pavão Santana, abordaram em palestras os primeiros ordenamentos jurídicos instituídos no Maranhão.

Coutinho deu foco a aspectos históricos

em torno da origem e fundação de São Luís, e relacionados aos primeiros anos da Justiça, enquanto Pavão versou sobre a influência da França Equinocial na consolidação da Justiça do Estado.

Durante a programação, o Tribunal lançou o primeiro volume da coletânea Catálogo de Documentos Manuscritos do Poder Judiciário, e que reúne o registro de documentos judiciais da Comarca de São Luís.

A obra integra a coleção "Pontos de História", uma antologia de autos cíveis e criminais do Maranhão, com fundamento em pesquisas e documentos das comarcas mais antigas do estado.



## Espírito democrático é destacado em diplomação do desembargador Raimundo Barros



O desembargador Raimundo Barros foi diplomado em sessão solene, no dia 15 de agosto, na sala das sessões plenárias do TJMA.

O 26º membro da Corte foi eleito, pelo critério de merecimento, para vaga aberta pela aposentadoria do desembargador Raimundo Freire Cutrim, atual secretário extraordinário de Assuntos Políticos de São Luís, também presente ao evento.

O presidente do TJMA, desembargador Antonio Guerreiro Júnior, destacou as características de humanismo, sapiência e cultura

jurídica de Raimundo Barros, em consonância com o perfil democrático do Judiciário estadual. "Diante da forma com que eu venho conduzindo o Tribunal, ele se encaixa perfeitamente nesse perfil, porque é um democrata", elogiou.

"Neste ponto, modéstia à parte, eu sempre convivi bem com o espírito democrático, respeitando as opiniões diferentes que, dentro do Judiciário, não são só necessárias, mas absolutamente salutares para a renovação do pensamento por um aprendizado constante",

resumiu o novo desembargador.

O desembargador Froz Sobrinho, em saudação ao novo membro da Corte, refletiu sobre o significado notável do ingresso de um desembargador na construção da história do Tribunal maranhense.

"Quando olhamos para trás, temos enorme respeito aos que construíram a história deste egrégio Tribunal e voltamos nossas expectativas à frente, na esperança de que, quem aqui chegar, contribua para o serviço da boa justiça", enfatiza.

Após narrar a trajetória de Barros, Sobrinho finalizou com citação de Fernando Pessoa: "Seja grande, mas não se perca de sua origem", ressaltando a coragem do novo desembargador, que não se intimida com as pedras no caminho e ainda tem muito chão a percorrer.

Em referência à caminhada na magistratura, Barros enfatizou: "Não tenho nenhum receio de afirmar que a Justiça Estadual vive um momento histórico, visto que, nunca se investiu tanto em estrutura física; de comunicação e qualificação de pessoal como nos últimos anos, especialmente na Justiça de 1º Grau, bastando apenas lembrar a criação e instalação de dezenas de comarcas e varas".

## Guerreiro Júnior anuncia obras em 27 comarcas

Obras de construção e manutenção estão em andamento em 27 fóruns de comarcas do interior do Estado, com o objetivo de estruturar, ampliar e adaptar os imóveis do Judiciário para as necessidades dos serviços forenses e de seus usuários. Há novos fóruns confirmados para 14 comarcas.

Nos polos judiciais de Imperatriz, Chapadinha, Santa Inês e Balsas, por exemplo, ocorrem intervenções em projetos. "A proposta é melhorar a estrutura dos imóveis e otimizar o uso das instalações prediais pelos magistrados, servidores e usuários dos serviços da Justiça, conforme a demanda processual", explica o presidente do TJMA, desembargador Antonio Guerreiro Júnior.

As comarcas de Pio XII, Buriticupu, Carutapera, Colinas, Riachão, São Francisco do Maranhão, Lago da Pedra, Matões, Morros, Rosário,

Santa Luzia do Paruá, Santa Rita e Viana terão novos fóruns até o final do ano. A maioria dos serviços, nesse caso, teve início em 2011.

Buriticupu, Riachão, Colinas, São Francisco do Maranhão e Matões estão com mais da metade da construção concluída. Em Carutapera, Rosário e Poção de Pedras, os serviços entraram em fase de acabamento. São feitas obras de reforma em Poção de Pedras e Paço do Lumiar, e de ampliação em São José de Ribamar e Matinha.

Em São Bernardo, Santa Helena e Magalhães de Almeida as intervenções começam em breve. Salões de sessão do Tribunal do Júri são construídos em Santa Inês (380,31m<sup>2</sup>) e Paço do Lumiar (287m<sup>2</sup>). Projetos de licitação estão em curso para novos fóruns em Imperatriz, Açailândia, Cidelândia e São Pedro da Água Branca. Em Imperatriz, os serviços de

terraplanagem, que correspondem à primeira etapa da obra, estão em andamento.

O fórum de Porto Franco deverá receber reforma este ano, com adequação do prédio para melhor atender o público. A obra foi confirmada pelo presidente Guerreiro Júnior em 25 de julho, durante visita de desembargadores do TJMA ao anexo do Fórum do Calhau, em São Luís.

Em Viana e Morros, os projetos técnicos de engenharia estão sendo revistos, a fim de adequar os serviços de drenagem, esgotamento sanitário, estrutura e muro de arrimo, para garantir a continuidade dos serviços de construção iniciados. Guerreiro Júnior informa que o Tribunal planeja novos fóruns em Joselândia e Miranda do Norte, onde imóveis residenciais serão adaptados para receber essas comarcas já criadas, mas ainda não instaladas.



## Ouvidoria promove audiência pública na Cohab



Denúncias relacionadas à pedofilia, bullying e morosidade processual foram tratadas pelo desembargador Lourival Serejo, coordenador da Ouvidoria do Poder Judiciário,

na audiência pública no Centro Social Urbano da Cohab, com lideranças comunitárias do bairro e comunidades vizinhas.

Os moradores relataram situações de abu-

sos nas áreas dos direitos à saúde e educação, relações de consumo, meio ambiente, infância e adolescência e fizeram reclamações direcionadas ao poder público e ao Tribunal de Justiça. As reclamações foram feitas publicamente e por escrito.

Segundo o ouvidor, a iniciativa do órgão de ir aos bairros ouvir os moradores demonstra nova atitude da magistratura de romper o isolamento e a distância dos gabinetes, admitir erros, ouvir a população e dar resposta às suas reclamações. “A ética exige de nós servir mais e melhor e participar da vida da comunidade, sem formalidades”, explicou Serejo.

A Ouvidoria realizou, este ano, audiência públicas na Cidade Operária (13/4), em São Luís, e nas cidades de Santa Inês (6/3) e Imperatriz (13/4).

A reunião na Cohab, que congrega um dos maiores núcleos populacionais da capital, foi uma das mais participativas, segundo a coordenação do evento.

## Judiciário empossa 294 novos servidores



Mais 294 novos servidores aprovados em concurso público do Poder Judiciário do Estado vão atuar em 93 comarcas, reforçando o atendimento da Justiça de 1º Grau no interior do Estado.

A posse coletiva dos novos servidores ocorreu durante encerramento do curso de preparação sobre rotinas judiciais do qual os servidores participavam.

A solenidade foi conduzida pela diretora-

geral do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), Sumaya Heluy (representando, na ocasião, o presidente da Corte, desembargador Guerreiro Júnior) e pelo diretor de Recursos Humanos, Daniel Gedeon. “A posse de vocês é um momento importante para todos e também para a Justiça estadual, que busca suprir a deficiência de servidores nas comarcas, oferecendo melhores condições de atendimento”, afirmou a diretora.

O primeiro a tomar posse foi o comissário de justiça da infância e juventude, Fabrício Oliveira Gomes, lotado na comarca de Açailândia. Emocionado, o servidor estimulou os colegas a continuarem se esforçando para atingir seus objetivos. “Todos têm um sonho, mas poucos são os que querem abrir mão de sua comodidade para alcançar seus ideais”, disse, referindo-se ao esforço que muitos terão que fazer para se deslocar até as comarcas onde irão trabalhar.

**INICIAÇÃO** - O curso de iniciação às rotinas judiciais foi organizado pela Escola Superior da Magistratura do Maranhão (ESMAM), em conjunto com o TJMA e a Corregedoria Geral da Justiça, para apresentar aos nomeados temas relevantes das práticas processuais nas secretarias judiciais, abordando as noções básicas das atividades exercidas em cada cargo.

“O projeto de ambientação tem o objetivo de adaptá-los às rotinas judiciais, sobretudo, diante da revolução tecnológica pela qual passa o Poder Judiciário, com a virtualização dos processos”, destacou o diretor de Recursos Humanos, Daniel Gedeon.



## Judiciário promove curso de atualização para jornalistas



Jornalistas das assessorias de comunicação do Poder Judiciário e profissionais de órgãos e veículos de imprensa participaram do curso de "Redação e Estilo", promovido pelo Tribunal de Justiça do Estado (TJMA), em parceria com a Escola Superior da Magistratura (ESMAM), nos dias 27 e 28 de agosto.

A proposta é aprimorar os conhecimentos dos profissionais de comunicação do Judiciário, mantendo os mesmos informados sobre novida-

des nas diversas mídias incorporadas ao jornalismo e dividir experiências com jornalistas de veículos de imprensa e instituições ligadas à Justiça.

O curso foi ministrado pela jornalista Cibele Buoro, mestre em Comunicação Social pela Universidade Metodista de São Paulo e com passagem na revista Istoé, jornal Folha de S. Paulo, dentre outros.

"É muito válido que profissionais estejam preocupados com a qualidade da informação

e se proponham a discutir e rever formas de transmissão da notícia. Durante o curso, ficou evidente o interesse e participação de todos em fazer um bom trabalho na área de comunicação", avalia a jornalista.

Para Luciane Oliveira, jornalista e servidora da 2ª Vara de Execuções Penais, "o curso ofereceu a oportunidade de refletir o fazer jornalístico cotidiano à luz das principais teorias de comunicação, com enfoque na profissionalização e zelo pelo texto".

A jornalista Amanda Campos, responsável pela comunicação no Fórum de São Luís, elogiou a iniciativa do Judiciário. "Além de atualizar nossos conhecimentos na área de comunicação, trocamos experiências e ideias enriquecedoras sobre assuntos importantes que permeiam a profissão. Já estou ansiosa pelo próximo curso", afirma.

"Redação e Estilo" foi o primeiro de uma série de cursos em jornalismo planejados para este ano pelo TJMA e pela Esmam, entre eles o de "Webjornalismo", que ocorrerá nos dias 17 e 18 de setembro. A exemplo de "Redação e Estilo", o curso será ministrado pela Comunique-se Educação Corporativa.

## Estrutura e competência de varas são alteradas

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) aprovou, em sessão administrativa extraordinária, projeto de lei complementar encaminhado pela Corregedoria Geral da Justiça que altera a estrutura dos serviços judiciários e a competência de varas em São Luís, Imperatriz e São José de Ribamar. O objetivo é melhorar a efetividade da prestação jurisdicional.

A 1ª Vara de Cartas Precatórias Cíveis e Criminais de São Luís – hoje com cerca de 7 mil e 500 processos – foi transformada na 16ª Vara Cível da mesma comarca, com atribuições para processar ações de natureza cível e comércio. O juiz da vara extinta será titularizado na nova unidade.

A Vara Especial do Idoso e dos Registros Públicos da capital – transformada em vara única – terá a competência para processamento e julgamento das medidas de proteção judicial dos interesses difusos, coletivos e individuais indisponíveis ou homogêneos do idoso previstos no Estatuto do Idoso (Lei Nº 10.741, de 1º de outubro de 2003), bem como para processamento e julgamento dos crimes previstos nessa mesma Lei e registros públicos.

**COMPETÊNCIA** - Outras providências aprovadas pelo Pleno dizem respeito à definição de competências de varas judiciais. Crimes contra crianças – inclusive os praticados em

situação de violência doméstica e familiar e os de competência do Tribunal do Júri - independentemente do sexo da vítima – serão distribuídos para a 9ª Vara Criminal, no caso de São Luís, e para a 4ª Vara Criminal, em Imperatriz.

Em São José de Ribamar, a competência para processos relacionados à infância e à juventude foi transferida da 2ª para a 3ª Vara Cível.

Já as ações acidentárias contra o INSS, de que trata o artigo 129 inciso II, da Lei Nº 8.213/91, passam a ser de competência dos juízes das Varas da Fazenda Pública de São Luís, à exceção das 6ª, 7ª e 8ª, que são específicas de execução fiscal.

### Núcleo de Jornalismo:

Andréa Colins, Danielle Calvet, Helena Barbosa, Irma Helenn Souza, Joelma Nascimento, Juliana Mendes, Paulo Lafene e Orquídea Santos

### Chefe de Reportagem:

Antonio Carlos de Oliveira

### Assessor-Chefe de Comunicação:

Reinaldo Barros

### Edição:

Irma Helenn Souza

### Diagramação:

Tiago Erre

### Fotos:

Ribamar Pinheiro